

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Petrobras reajusta preços de gasolina e diesel mais uma vez.....	2
Título: Reino da burocracia	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	4
Título: ‘Eleição é a chance de corrigirmos a rota’	4
Título: Samarco não retoma operações neste ano	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Indústrias tentam barrar mudança de regra no gás natural.....	7
VEÍCULO: Valor Econômico.....	7
Título: Desastre de Mariana muda vida de índios à margem do rio Doce.....	7
Título: Destaques	11
Título: Bree mira exterior e soluções de qualidade de energia	12
Título: Curtas	13
Título: Etanol importado trava vendas do Centro-Sul à região Nordeste.....	14
Título: Impacto de nova PIS/Cofins será conhecido em agosto	15
Título: PSB enfrenta dificuldades em seu principal reduto.....	16

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Petrobras reajusta preços de gasolina e diesel mais uma vez**

Alta de até 1,4% acontece após aumento de tributos sobre combustíveis.

Não bastasse o aumento das alíquotas do PIS/Cofins que incidem sobre os combustíveis, anunciado pelo governo federal no último dia 20, a Petrobras reajustou, mais uma vez, os preços da gasolina e do óleo diesel em todas as suas 22 refinarias. O novo reajuste está em vigor desde sábado. A companhia elevou os preços da gasolina em 1,4%, e os do diesel em 0,2%. Na sexta-feira, a estatal já havia aumentado os valores dos combustíveis em 0,1% e 2%, respectivamente, dentro de sua nova política de preços. Desde o início de julho, a Petrobras colocou em prática uma nova política de preços que prevê reajustes mais frequentes, podendo ser até diários, com o objetivo de manter a paridade dos preços com as cotações internacionais. A variação também leva em conta a concorrência interna. Desde o ano passado, a Petrobras vinha perdendo mercado com a importação de combustíveis pelos concorrentes.

AUMENTO NA BOMBA

Com a nova política, a área comercial da Petrobras tem total liberdade para promover as variações que julgar necessárias em cada região, desde que fiquem dentro do teto de até 7%, para cima ou para baixo. Acima desse percentual, o assunto terá de ser decidido pela diretoria da companhia. Apesar do novo aumento, a avaliação de especialistas é que, a médio e longo prazos, a Petrobras faça reduções nos preços dos combustíveis, acompanhando a evolução das cotações internacionais. Na última sexta-feira, dia seguinte ao anúncio do aumento das alíquotas do PIS/Cofins sobre combustíveis, diversos postos, em vários estados, reajustaram seus preços.

No Rio, a gasolina, antes vendida a R\$ 4,14, passou a custar R\$ 4,44, alta de 7,25%, em alguns postos na Zona Sul. Na Zona Norte, o aumento chegou a 9,12% em alguns pontos de venda. No fim de semana passado, a Petrobras havia informado que o aumento das alíquotas do PIS/Cofins não iria alterar a sua política de preços para gasolina e diesel. Com o aumento das alíquotas do PIS/Cofins, mais da metade do valor pago pelo litro da gasolina no Estado do Rio corresponde a impostos. Segundo cálculos feitos a pedido do GLOBO por um especialista, somados os 15,9% de tributos federais (PIS/ Cofins e Cide) com os 35,1% de ICMS, a carga tributária total sobre o preço da gasolina chega a 51%. O Estado do Rio tem a maior alíquota de ICMS

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: George Vidor****Título: Reino da burocracia**

As críticas ao lento processo de licenciamento ambiental no setor de óleo e gás geraram respostas. Mesmo após longo período sem rodadas de licitação da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o que diminuiu o trabalho do órgão responsável pelo licenciamento ambiental, a demora hoje nesse processo é considerada normal pelos que respondem por essa atividade. Vale lembrar que nenhum bloco marítimo arrematado na rodada do ano passado obteve até agora licenciamento ambiental, embora o segmento de exploração (pesquisa das áreas concedidas, perfuração de poços) esteja devagar quase parando, deixando os prestadores de serviço completamente ociosos.

Há um nítido desencontro entre as autoridades que definem e regulam a política para o setor de óleo e gás e os responsáveis pelo licenciamento ambiental, especialmente no caso do mar, que está na esfera federal. Nas chamadas bacias equatoriais, no Norte do país, o risco é de o licenciamento ficar para o Dia de São Nunca. São bacias quase virgens, e os responsáveis pelo licenciamento alegam que não existe na região infraestrutura para dar suporte às atividades de exploração. Faltariam portos adequados para dar apoio, seja para a exploração ou para a futura produção de petróleo, se houver descoberta comercial.

E, em caso de acidente, por falta dessa infraestrutura, poderia haver um desastre que afetaria regiões ambientalmente muito sensíveis, como os manguezais do litoral do Maranhão. Um derramamento de óleo atingiria até mesmo países vizinhos ao Brasil. É óbvio que não se pode ser leniente no licenciamento ambiental relacionado à atividade petrolífera no mar.

Há histórico de graves acidentes, felizmente não no Brasil. Mas a indústria tem também vasta experiência acumulada de exploração e produção em regiões remotas do planeta, na costa ocidental da África, no Ártico ou na Ásia, por exemplo. É possível, portanto, encontrar-se um meio-termo, que não inviabilize as atividades do setor de óleo e gás nem ponha em risco a preservação do ambiente. O que não dá é para se viver em um reino de burocracia, gerenciado de maneira que haja mais realistas que o rei.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Mônica Scaramuzzo e Ricardo Grinbaum****Título: 'Eleição é a chance de corrigirmos a rota'**

Alfredo Setubal, presidente da holding Itaúsa.

Empresário vê uma recuperação lenta da economia e diz que as eleições de 2018 vão definir o rumo do País.

Um dos maiores conglomerados do País, a Itaúsa, holding de investimentos do Itaú Unibanco, está em busca de novos negócios. Depois de adquirir uma participação minoritária no gasoduto NTS, que pertencia à Petrobrás, em parceria com a gestora canadense Brookfield, a Itaúsa anunciou, no último dia 12, a compra da Alpargatas em sociedade com o Cambuhy, braço de investimentos da família Moreira Salles, também sócia do banco. Alfredo Setubal, presidente da holding, diz que a companhia tem cerca de R\$ 3 bilhões para investir, mas não quer entrar em setores regulados pelo governo. Setubal reconhece que o momento atual é de cautela e vê uma lenta recuperação da economia. “A eleição de 2018 é crucial para definir a rota do País”. A seguir, os principais trechos da entrevista.

A aquisição da Alpargatas sinaliza uma mudança nos investimentos da Itaúsa?

Há algum tempo estávamos pensando em como diminuir a dependência do banco da receita total da Itaúsa e revendo o nosso portfólio de investimento. O banco representa hoje cerca de 94% do total (antes era 97,7%). A ideia é reduzir a 90%. Vamos zerar nossa participação na Itautech (de tecnologia) entre o fim de 2018 e início de 2019. Chegamos a ter 30% da companhia e hoje temos 11%. Essa fatia vai ser vendida à Oki Brasil (controlador) e vamos olhar outros ativos.

Quais negócios que a Itaúsa está procurando?

Contratamos a McKinsey no ano passado, que começou a olhar setores da economia em que poderíamos fazer investimento. Já fizemos dois importantes movimentos. Um na NTS, gasoduto da Petrobrás, em consórcio com a Brookfield, e agora com a Alpargatas, em parceria com o Cambuhy, que já tinha analisado esse ativo antes de a Camargo Corrêa vendê-lo à J&F, da família Batista. E essas negociações foram feitas com os irmãos Batista? Foi com o Wesley. Foi um processo rápido e fomos bem assessorados. Fizemos um contrato que nos protege bastante em função da leniência.

Quanto a Itaúsa está disposta a investir?

Para o banco representar 90% do total dos nossos investimentos, tínhamos entre R\$ 5 bilhões a R\$ 6 bilhões para investir em outros negócios. Já fizemos a aquisição da NTS e da Alpargatas, que somam cerca de R\$ 3,5 bilhões. Sobraram entre R\$ 2 bilhões a R\$ 3 bilhões para novas oportunidades. Estávamos avaliando a BR Distribuidora, da Petrobrás, mas desistimos após a companhia optar pela abertura de capital. Queremos negócios que tenham fluxo de caixa, liderança e uma marca forte, como é o caso das Havaianas. Buscamos empresas que possam ter melhoria operacional, de gestão e retorno. A conjunção disso tudo não são muitas alternativas.

Algum setor específico?

Não queremos setor regulado, como concessões e energia, com o governo interferindo em preço. A gente não quer controlar nada diretamente. Preferimos ter parceiros que possam também participar da gestão. Queremos estar no grupo de controle, com acordo de acionistas. O setor de serviços e consumo pode ser interessante. (...)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mariana Durão

Título: Samarco não retoma operações neste ano

Empresa ainda depende de licenças para voltar a operar após a tragédia ambiental.

A retomada das operações da Samarco Mineração em 2017 está descartada. A empresa, joint venture da Vale e da BHP Billiton, confirmou ao 'Estadão/Broadcast' que a partir do momento em que obtiver a licença ambiental para o uso da cava de Alegria Sul depósito de rejeitos ainda levará de cinco a seis meses fazendo obras de adequação da estrutura. Como o aval das autoridades ambientais ainda está pendente, não haverá tempo hábil para a retomada este ano. O Estadão/Broadcast apurou que na melhor das hipóteses a volta das atividades da pelotizadora ocorrerá no fim de 2018. A empresa diz que não pode precisar uma data, mas informou que quando isso ocorrer, a operação não voltará a funcionar a plena carga. O rompimento da barragem de Fundão, que deixou o município de Mariana e adjacências cobertos de lama, completará dois anos em novembro.

Desde então a produção na unidade está paralisada. Em abril o então presidente da Vale, Murilo Ferreira, afirmou em teleconferência sobre os resultados da mineradora que continuava acreditando que a operação da Samarco seria retomada no segundo semestre deste ano. Para a retomada da Samarco são

necessárias duas licenças ambientais: a da cava de Alegria Sul e o Licenciamento Operacional Corretivo (LOC) das estruturas existentes no complexo de Germano, em Mariana. O uso da cava é considerado pela Samarco uma solução mais segura para a disposição de rejeitos, assim como seu empilhamento após a filtragem e seu aproveitamento na fabricação de outros produtos. A empresa pretende deixar de lado as barragens. O processo de licenciamento ambiental de Alegria Sul já está em curso e teve audiências públicas realizadas em dezembro do ano passado nas cidades de Ouro Preto e Mariana.

Em outubro de 2016 a Samarco teve todas as licenças do complexo de Germano suspensas. Até então, elas estavam apenas embargadas. Por conta disso, a empresa foi convocada a realizar também o licenciamento corretivo das estruturas existentes no complexo. A revisão de todas as licenças foi solicitado pelo Estado de Minas, mas a Samarco ainda não entregou sequer o estudo de impacto ambiental à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). Entrave. O maior entrave no caso do complexo de Germano é a falta de um acordo com a prefeitura de Santa Bárbara, Minas Gerais, município que a empresa capta água, desde 2014, para parte de seu processo produtivo. Sem o sinal verde do município não há como viabilizar o abastecimento e a produção. Para dar início ao licenciamento operacional corretivo, a Samarco precisa apresentar cartas de conformidade dos municípios da sua área de influência direta. De acordo com a empresa, as prefeituras de Mariana, Ouro Preto, Catas Altas e Matipó já concederam as respectivas cartas.

A exceção é Santa Bárbara. “Embora não haja qualquer alteração no sistema de captação, que já operava com todas as licenças e outorgas necessárias, a Prefeitura de Santa Bárbara precisa declarar se o empreendimento está, ou não, de acordo com a Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo”, explica o presidente da Samarco, Roberto Carvalho, em artigo publicado no site da companhia em maio. No dia 30 de junho, entretanto, o município publicou um documento em que afirma que o empreendimento da Samarco é não-conforme à área de recuperação ambiental de Santa Bárbara. Um estudo da Tendências afirma que a continuidade da paralisação da Samarco põe em risco 20 mil vagas diretas e indiretas de emprego em 2017. Pelos cálculos da consultoria, o atraso na retomada das atividades da empresa implica na perda de R\$ 4,4 bilhões de faturamento direto e indireto na cadeia de produção da companhia este ano – valor correspondente a 1% do PIB mineiro –, e na perda de R\$ 989 milhões em arrecadação para o governo. Desde janeiro os contratos de 800 empregados da Samarco estão suspensos, em regime de layoff, com previsão de término em 31 de outubro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Indústrias tentam barrar mudança de regra no gás natural**

As indústrias química e de distribuição de gás querem evitar que a ANP (Agência Nacional do Petróleo) altere as regras que determinam como deve ser a composição do gás natural, tema em discussão no órgão de regulamentação. A norma atual estabelece quais porcentagens de compostos (como etano, metano etc.) o produto pode ter.

O gás do pré-sal, no entanto, tem características diferentes, e, por isso, discute-se na agência essa mudança de parâmetros, segundo um funcionário da entidade. Uma ideia debatida é liberar porcentagens de compostos e criar padrões de características físicas e químicas, como o poder calorífico.

"Quem receber o gás terá que medir essas condições, e os equipamentos das distribuidoras não fazem isso. Teremos que investir e repassar para as tarifas", diz Marcelo Mendonça, gerente da Abegás (associação do setor).

A possibilidade que, no futuro, haja restrição de potenciais fornecedores também é um problema, afirma.

Para a indústria química, a ameaça da mudança é diminuir o etano, uma de suas matérias-primas, disponível no mercado, o que fará o preço subir, diz Fernando Figueiredo, presidente da Abiquim.

"Outro problema é que pode aumentar a quantidade de material inerte, como gás carbônico, que enferruja mais os equipamentos", afirma.

A ANP diz em nota que o assunto é analisado com representantes dos setores e que ainda não há uma proposta fechada sobre o tema.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Marcos de Moura e Souza****Título: Desastre de Mariana muda vida de índios à margem do rio Doce**

Índios da etnia krenak que vivem em Minas Gerais estão há quase dois anos sem pescar e sem nadar no rio Doce. Também deixaram de beber de suas águas. O rio foi contaminado pela onda de rejeito de minério de ferro e lama provocada pelo

rompimento de uma das barragens da mineradora Samarco , em novembro de 2015.

Ainda não há uma previsão clara sobre quando os krenakes voltarão a usar o rio que corta suas terras como faziam antes da tragédia. E ainda há muitas dúvidas sobre as medidas mais apropriadas e de longo prazo para indenizar e compensar os indígenas. Por enquanto, a ação emergencial de maior impacto - e que suscita controvérsia - tem sido a distribuição de dinheiro aos índios.

Os krenakes vivem em sete aldeias em terras demarcadas no território do município mineiro de Resplendor, divisa com o Espírito Santo. São 126 famílias (ou 135, dependendo da contagem) e 436 pessoas. A situação é tratada como caso à parte em meio aos milhares de afetados pelo desastre.

Com medo de beber água do Doce, os índios consomem água mineral que vem sendo fornecida pela mineradora Vale, uma das proprietárias da Samarco. Garrafas pet são distribuídas em abundância por caminhões nas aldeias diariamente. Por ironia, há uma marca local de água mineral chamada Krenak explorada por uma empresa. A Vale também envia caminhões-pipa às famílias indígenas. Além disso, faz manutenção das estradas de terra na área dos krenakes e fornece ração, sal e silagem para o gado mantido por alguns deles. São medidas que fazem parte do acordo firmado pela empresa e lideranças indígenas logo depois do rompimento da barragem da Fundão, em Mariana (MG), 400 km rio acima de Resplendor.

O coração desse acordo é o pagamento mensal de nove salários mínimos (R\$ 8.433), por mês, feito para cada família krenak. A Vale informou que, desde a assinatura do acordo até junho deste ano, transferiu R\$ 21 milhões para as famílias e que gastou mais cerca de R\$ 8 milhões com aporte de insumos e estruturas nas terras deles. As medidas, diz a Vale, ainda têm caráter provisório.

Os krenakes são os únicos entre os atingidos que recebem ajuda diretamente da Vale. Todos os demais, em Minas e Espírito Santo, são atendidos pela Fundação Renova, mantida pela Vale e pela BHP Billiton, a outra proprietária da Samarco. A Renova tem executivos e técnicos próprios e foi criada por força de um termo entre empresas e o governo. Os índios dizem que confiam mais nas tratativas com a Vale; integrantes da Renova nem têm acesso às terras indígenas.

Antes do desastre, os krenakes não só pescavam, nadavam e bebiam água do Doce. Nas margens, caçavam capivara e paca e colhiam plantas medicinais. O rio, que chamam de Uatu, era ponto de encontro das famílias e de brincadeiras com os filhos. O Doce tinha para os índios um caráter simbólico, associado a rituais antigos e místicos. Tudo isso, dizem, acabou.

"A gente não tem mais água boa. Ninguém vai mais no rio. Eu, que sou índia pura, sinto muita falta. Minha mãe me criou com essa água do rio", disse Laurita Krenak, uma velha índia que fala sobre o caso em tom de lamento.

Para Rondon Krenak, filho de Laurita e cacique da aldeia, a lembrança dos peixes morrendo no rio avermelhado de minério faz com que os índios continuem com receio. "Nem urubu comia os peixes. Os cachorros que comeram aqueles peixes, morreram. No começo, o cheiro era tão forte que não conseguíamos nem chegar na beira do rio. Parecia uma pessoa morta", descreve o cacique, de 47 anos.

A reportagem do **Valor** visitou as duas aldeias: krenak e takruk. "O rio era um parente nosso", diz Junaíndia Krenak, de 34 anos, da aldeia takruk, usando uma figura de linguagem corriqueira entre os indígenas para descrever o rio Doce.

"O orgulho que eles tinham de dizer 'eu moro no rio Doce' sumiu. Era um rio poluído? Sim. Mas não era podre e contaminado como está hoje", diz Silvan Barbosa Moreira, chefe da coordenação técnica da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Resplendor.

O rio já não tem mais o aspecto sujo de lama e rejeito visto nas primeiras semanas e meses após o rompimento da barragem. As águas parecem limpas, mas os indígenas dizem ainda ter medo da contaminação.

O desastre em si provocou uma série de mudanças na vida dos krenakes. Mas as medidas que vieram depois também provocam muitas mudanças.

"O nosso povo está ficando um pouco obeso. As pessoas não têm para onde ir. Nós íamos sempre para a beira do rio; agora, é mais dentro de casa", disse o cacique da aldeia takruk, Aauto Krenak, ao lado de sua mulher Arlete. "Nossa alimentação mudou, o que a gente mais comia era peixe, mas também tinha muita carne de capivara." Hoje os índios comem, sobretudo, carne bovina dos açougues de Resplendor e cidades da região.

Os krenakes têm uma longa história de contato e bastante interação com não indígenas da região. Moram em casas de tijolos, dirigem, vão à escola e alguns têm gado. Com mais dinheiro na mão, essa interação ficou ainda mais forte e os índios ganharam status de grandes consumidores no município de 17,6 mil habitantes.

"Depois de Deus, são eles que estão salvando a gente", diz Rosany Duarte, dona do Bar Ideal, que fica na principal rua da cidade. Ela conta que o comércio sentiu quando a cooperativa local fechou as portas recentemente e fez produtores rurais ficarem sem a renda de antes.

"Os índios agora é que estão dando conta, e eles consomem bem." Na Lasersom, perto do bar, os krenakes também se tornaram compradores frequentes. "Eles pagam com dinheiro, cheque ou cartão. Passaram a vir mais aqui e compram eletrodomésticos, celulares, várias coisas", contou a vendedora Jhenef Marçal Rosa.

As casas das famílias estão reformadas, mais amplas, algumas ganharam piso cerâmico e janelões de vidro temperado. Os índios compraram carros e caminhonetes. Há muitas motos pelas estradas das aldeias. As mulheres que lavavam roupa no Doce e agora têm medo de suas águas, usam o tanque de casa, mas algumas já providenciaram máquinas de lavar. Os índios que já criavam gado aumentaram seu plantel.

Os krenakes se habituaram ao novo padrão de vida, mas há um outro lado da história. "As famílias estão completamente embriagadas com essas migalhas que têm sido dadas a elas", diz Alda Maria Oliveira, coordenadora da regional leste, que abarca terras em Minas, Bahia e Espírito Santo, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Igreja Católica.

"Esses acordos criaram uma situação de certo conformismo e eles estão deixando de pensar sob um ponto de vista mais coletivo, como antes", afirma. Alda assumiu o posto no ano passado e conta que ainda não esteve nas terras dos índios krenakes.

Segundo ela, quando a entidade tentou organizar uma mobilização quando o desastre completou um ano, uma das lideranças krenakes afirmou que não havia interesse. A razão, segundo informação que chegou ao Cimi, era o medo de os índios perderem o que estão ganhando. "O desafio é o impacto que tudo isso terá no futuro dos krenakes", diz Alda.

"Para que a reparação a esses danos multidimensionais sofridos pelos krenakes seja adequada, é preciso consultá-los previamente", disse Edmundo Antonio Dias Netto Junior, procurador da República. Os índios poderão dizer que querem continuar recebendo a ajuda financeira, além de outras medidas, como a construção de um açude para que retomem o contato com água ou um bom campo de futebol.

No fim de junho, os índios definiram detalhes sobre como eles serão consultados. "Essa é a chave com a qual os krenakes poderão, eles mesmos, dizer quais reparações devem ser implementadas, superando o momento atual, que, todavia, ainda se faz necessário, do acordo que prevê as medidas emergenciais que estão em curso", diz o procurador.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Eletrobras vende ativos

A Eletrobras divulgou na sexta-feira a lista das 74 sociedades de propósito específico (SPEs) nas quais possui participação por meio de controladas e que serão transferidas à holding para quitação de dívidas intra-grupo. Posteriormente, os ativos poderão ser vendidos pela estatal. A lista inclui ativos de geração de energia eólica e de transmissão, que têm participações minoritárias das controladas Chesf, Eletronorte, Eletrosul e Furnas. São 58 SPEs de energia eólica e 16 de linhas de transmissão, incluindo a fatia da Eletrosul no linhão que vai escoar energia da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), até a região Sudeste (mais de 2 mil km), e a Interligação Elétrica do Madeira, que escoar a energia de Santo Antonio e Jirau (no rio Madeira, RO) até o Sudeste.

Usiminas I

A Usiminas ajuizou ação de responsabilidade contra o ex-presidente Rômelo Erwin de Souza, destituído do cargo em março. Em assembleia geral ordinária realizada no dia 27 de abril, o acionista e conselheiro da empresa Guilherme Poggiali propôs que a reunião discutisse ação judicial contra o ex-presidente. A proposta foi acatada pelo presidente do conselho, Elias de Matos Brito, e a maior parte dos acionistas votou a favor da ação, incluindo um dos controladores, o grupo Ternium-Techint. Poggiali e Brito são conselheiros indicados pela Ternium. Souza é acusado de violar o estatuto da empresa ao ter assinado, em 2016, memorando com a Mineração Usiminas (Musa) sem a presença de outro diretor estatutário e sem anuência do conselho.

Usiminas II

A siderúrgica mineira, conforme apurou o **Valor**, desmontou a gerencial geral de relações com investidores, até então vinculada ao vice-presidente de finanças e de RI - Ronald Seckelmann -, e manteve apenas uma gerência, vinculada ao gerente geral de Controladoria. Em comunicado interno na semana passada, a Usiminas informou que Leonardo Karan passa a se reportar ao mexicano Julio Mendez, responsável pela área de Controladoria.

Morgan Stanley na Cesp

A Companhia Energética de São Paulo (Cesp) informa que o Morgan Stanley atingiu posição equivalente a 4,4% do total de ações preferenciais da empresa. O formulário de referência da Cesp não cita o banco como detentor de posição acionária relevante.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Bree mira exterior e soluções de qualidade de energia

Criada a partir da aquisição da Inepar Capacitores, no âmbito da recuperação judicial do grupo Inepar, em outubro de 2016, a Brazilian Energy Efficiency (Bree) está colocando em prática uma estratégia comercial diferente dos antigos donos. A nova empresa, agora controlada por um grupo de investidores de Curitiba, planeja ampliar para 30% a fatia do mercado externo no faturamento total da companhia, atualmente de 5%, nos próximos cinco anos, e mudar seu escopo de uma fabricante convencional de capacitores para uma provedora de soluções de qualidade de energia.

"Compramos uma operação que fabricava capacitores e colocamos um foco em acessar o mercado como uma empresa de solução em qualidade de energia. Tradicionalmente, o capacitor é o produto mais utilizado no tratamento da qualidade de energia, mas, para nós, hoje ele é uma plataforma de entrada", afirma o diretor comercial da Bree, Ricardo Woitowicz, que respondia por cargo semelhante na Inepar Capacitores.

Woitowicz e outros dois diretores da empresa têm 49% da Bree, em sociedade com o grupo de investidores (51%), cujos nomes não são revelados, em um processo conhecido no mercado como "management + investors buy out".

De acordo com a linha estratégica da Bree, Woitowicz prevê que os projetos de "turn-key" - pacote completo de serviços e soluções para um projeto específico - na área de subestações e soluções completas em qualidade de energia alcancem um faturamento de R\$ 15 milhões este ano. O montante ainda deve ficar abaixo do que a companhia espera faturar com a produção de equipamentos, cerca de R\$ 50 milhões. A Bree produz cerca de 4 mil equipamentos por mês, sendo a maioria capacitores. A empresa também produz reatores, filtros de harmônicos e chaves.

Para desenvolver as atividades na área de qualidade de energia, a Bree traçou como meta um investimento relativamente agressivo em pesquisa e inovação.

Segundo Woitowicz, a empresa decidiu destinar 4% do faturamento para o setor de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Um dos diferenciais da Bree em relação aos grandes concorrentes (GE, Siemens e ABB), explicou o diretor, é a proximidade de contato com clientes de pequeno porte e a possibilidade de fornecer equipamentos e projetos "customizados". Também faz parte da estratégia da empresa ampliar o horizonte de clientes. A ideia é expandir para o segmento industrial a carteira de clientes, hoje fortemente composta por distribuidoras de energia.

Outra área que tem atraído a atenção da Bree é a atividade de qualidade de energia na rede elétrica voltada para geração distribuída, principalmente a partir de painéis solares e geração eólica. "O Vento varia. A eólica é uma geração renovável, mas precisa de um melhor tratamento na sua qualidade. Precisa-se dos nossos equipamentos para tratar essa qualidade. Para nós, a energia eólica demanda mais equipamentos que a hidráulica", afirma Woitowicz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

QGEP e Teekay

A Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP) assinou aditivo contratual com a Teekay referente ao afretamento da plataforma Petrojarl I, que operará no campo de Atlanta, no pós-sal da Bacia de Santos. A petroleira brasileira obteve redução nas taxas diárias de aluguel da embarcação, como compensação pelos atrasos nas obras de adaptação da unidade para operação com o óleo pesado do projeto. A QGEP pagará taxa diária inferior pelo FPSO durante os primeiros 18 meses de produção, o que deverá reduzir os custos operacionais gerais de Atlanta para US\$ 410 mil por dia.

Amortização milionária

O acordo envolveu a solução para a amortização parcial dos aportes devidos pela OGX, uma das sócias do bloco. A QGEP opera o bloco com 30% de participação, em sociedade com OGX (40%) e Barra Energia (30%). O acordo levará à amortização de US\$ 14 milhões e à substituição de garantia acordada com a Teekay. A garantia previa depósitos recorrentes em favor da Teekay e será substituída pela outorga de garantia diretamente à QGEP e à Barra Energia, com os recebíveis relativos a 80% do resultado líquido a que a OGX fizer jus em decorrência da venda do óleo produzido em Atlanta.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos****Título: Etanol importado trava vendas do Centro-Sul à região Nordeste**

A disparada das importações de etanol pelos Estados do Nordeste praticamente paralisou a venda do biocombustível produzido pelas usinas do Centro-Sul para a região e limitou o volume de negociações do mercado interno de etanol anidro, aquele que é misturado à gasolina.

Segundo Antonio de Padua Rodrigues, diretor-técnico da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), a transferência de etanol anidro do Centro-Sul ao Nordeste por cabotagem esteve praticamente interrompida até agora, ocorrendo apenas vendas de etanol produzido em unidades de Mato Grosso e Goiás, transportados de caminhão aos Estados do Norte.

Durante a entressafra das usinas nordestinas, que começa em março e vai até setembro, as usinas do Centro-Sul costumam embarcar para a região cerca de 200 milhões de litros por mês, de acordo com Padua.

Contudo, no primeiro trimestre da safra do Centro-Sul - que começou em abril -, o Brasil já importou mais que o triplo de etanol do mesmo período do ano passado, com cerca de 560 milhões de litros. E quase tudo foi para o mercado nordestino. "Basicamente, o Nordeste só foi atendido por importador", afirmou. Desde o início do ano já foram importados 1,277 bilhão de litros - cerca de 4% da produção esperada para esta safra.

Segundo Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro, a janela de arbitragem favorável à importação já fechou. Mas os navios com biocombustível estrangeiro seguem atracando nos portos do Nordeste, uma vez que já foram contratados semanas atrás.

"À medida que a janela de importação fica fechada, é provável que comecemos a enxergar transferências ao Nordeste até começar a safra na região", disse.

Por enquanto, a presença do produto importado no Nordeste continua sem estimular as vendas de etanol das usinas do Centro-Sul. Desde o início da temporada até junho, as vendas do produto de uma maneira geral no país estão num patamar inferior ao de igual época de 2016. Entre abril e junho, as unidades do Centro-Sul venderam 2,3 bilhões de litro de etanol anidro, queda de 6,8% na comparação anual, conforme a Unica.

A retração das vendas de etanol anidro ocorre a despeito do crescimento das vendas de gasolina em abril e maio em relação aos mesmos meses de 2016, conforme levantamento mais recente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o que indicaria uma maior demanda das distribuidoras pelo biocombustível para misturar à gasolina.

Por enquanto, as usinas do Centro-Sul ainda estão focadas na produção de açúcar para cumprir seus contratos de exportação. Segundo Padua, quando os contratos forem cumpridos, as usinas devem começar a direcionar uma parcela maior da cana para o etanol anidro, que está remunerando mais.

"A produção de etanol anidro ainda não aumentou porque o mercado estava com baixa liquidez devido à redução de cabotagem para o Nordeste. Quanto a importação de etanol reduzir, o mercado de anidro vai ter mais liquidez, vai voltar a ter cabotagem e vamos ver mudança de mix para o anidro", disse o diretor da Unica.

Desde o início do ano, as indústrias de etanol têm defendido a imposição de uma taxa para o produto importado. Amanhã, 25, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) deve julgar o pedido de imposição de uma alíquota de 17% sobre o produto importado.

Também está em análise ANP uma resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para impor aos importadores as mesmas obrigações de estoques mínimos exigidas dos produtores nacionais. Uma consulta pública tratará do assunto e inclui uma audiência pública em 23 de agosto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Impacto de nova PIS/Cofins será conhecido em agosto

O impacto das novas alíquotas de PIS/Cofins sobre os combustíveis no consumo de etanol hidratado será avaliado em agosto, quando for calculada a incidência de outro tributo, o ICMS, sobre o valor dos combustíveis no varejo.

A cada 15 dias, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) divulga um preço médio ponderado para o consumidor final (PMPF) da quinzena anterior, que serve de base de cálculo para a incidência do ICMS. Logo, o efeito das novas alíquotas nos preços finais e a diferença de valor pelo qual o etanol será negociado ante a gasolina só estarão claros em agosto.

"O ajuste vai chegar [ao consumidor final] em etapas", disse Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica). Ele avaliou ser precoce estimar o quanto a demanda por etanol pode subir.

Na última sexta-feira, os preços dos combustíveis nos postos já refletiam as novas alíquotas, segundo Paulo Miranda Soares, presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis). Ele estimou que o preço do etanol deve se aproximar de 70% do valor da gasolina nos Estados que têm alíquota reduzida de ICMS para o produto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Marina Falcão

Título: PSB enfrenta dificuldades em seu principal reduto

O governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), deve enfrentar um duro cenário pela reeleição no ano que vem. Com a popularidade em baixa, Câmara assiste ao afastamento de antigos aliados do PSDB e do DEM, dos ministros Bruno Araújo (Cidades) e Mendonça Filho (Educação), e da ala do PSB liderada pelo também ministro Fernando Filho (Minas e Energia) e seu pai, o senador Fernando Bezerra Coelho. Um eventual apoio de Lula, que traria fôlego ao governador nas urnas, é descartada pelo PT no Estado.

Uma pesquisa do Instituto Uninassau, em abril, mostrou Câmara com apenas 6% das intenções de voto, atrás do senador Armando Monteiro (PTB), com 22%, e de Mendonça Filho (DEM), com 12%. Bruno Araújo (PSDB) apareceu em quarto, com 2%.

O levantamento, embora ainda distante da eleição, revela o desgaste da imagem da gestão de Câmara, prejudicada pelo recrudescimento da violência em Pernambuco. O primeiro semestre deste ano, com 2.876 homicídios no Estado, foi o mais violento desde a criação do Programa Pacto pela Vida pelo ex-governador Eduardo Campos, dez anos atrás.

Derrotado por Câmara na última eleição, o senador Armando Monteiro tenta reunir forças da oposição (PT) ou dos dissidentes (DEM e PSDB) para construir sua candidatura. "Estou dialogando com todos, sem preconceito, sem exclusão", afirmou ao **Valor**. "Nenhuma porta está fechada para ninguém e isso é positivo, pois o cenário nacional é mutante", diz. "A única coisa certa no momento é o desgaste do modelo do PSB, que já perdura por 12 anos".

Sem PSDB e DEM, partidos que estiveram aliados ao PSB nas últimas eleições estaduais, Câmara tenta evitar agora a oficialização da divisão do próprio partido

em Pernambuco: a saída dos Coelho, que avaliam uma migração para o DEM a convite do presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

Maia tem vindo com frequência a Pernambuco se encontrar com o senador e passar os fins de semana nas casas de campo e praia do correligionário Mendonça Filho. Na pauta, o cenário pós-Temer, o fortalecimento do DEM e as eleições no Estado. Na sexta-feira, Maia esteve em Petrolina, reduto eleitoral dos Coelho, para prestigiar o casamento do prefeito Miguel Coelho (PSB), irmão do ministro Fernando Filho.

Câmara foge do assunto eleições. Oficialmente, seus aliados adotaram um discurso de minimizar as diferenças com os Coelho. Nos bastidores, comenta-se que o governador não tem poupado esforços para agradar o clã, chegando a enviar recursos para bancar os festejos juninos em Petrolina.

Pessebista próximo ao governador diz que uma candidatura do senador Fernando Bezerra Coelho seria ruim, mas pior seria uma candidatura do seu filho ministro, um nome mais leve, que agrada o setor empresarial e não está envolvido na Lava-Jato.

A saída dos Coelho do PSB ainda está em aberto porque depende do desfecho das eleições para o comando do partido. Se o vice-governador de São Paulo, Márcio França, conseguir assumir a legenda, como desejam os Coelho, haveria espaço para a permanência. Caso o atual presidente Carlos Siqueira se reeleja, o desembarque do clã é dado como certo.

Diante desse horizonte hostil, o PSB está deixando as portas abertas para uma aliança com o PT, com o apoio da família Campos. "Com Lula na disputa nacional, não tem clima para pedir voto contra ele em Pernambuco. Foi muito difícil pedir voto para Aécio, um fracasso", diz um pessebista que deve se candidatar a deputado federal em 2018.

O PSB rompeu com o PT quando Eduardo Campos se lançou candidato enfrentando a ex-presidente Dilma Rousseff em 2014. No segundo turno, o PSB apoiou Aécio Neves (PSDB) e, em seguida, o impeachment de Dilma.

Para o PT local, especialmente a ala ligada ao senador Humberto Costa, o recente desembarque majoritário do PSB do governo Temer não apaga as mágoas do passado. "Somos oposição ao PSB, o partido é um dos responsáveis pela ruptura democrática", afirma Bruno Ribeiro, presidente do partido em Pernambuco.

Para Ribeiro, ainda que Lula possa ter a ambição de formar um bloco de esquerda nacional com o PSB para 2018, a aliança não seria verticalizada para Pernambuco. Em entrevista recente a um jornal da Paraíba, o ex-presidente declarou que "Paulo Câmara é resultado daquilo que eu não acredito. Ninguém governa

porque é técnico. Um técnico você contrata", quando questionado sobre eventual aliança com o PSB em Pernambuco.

Se, pelo menos por ora, as portas do PT estão fechadas para o PSB, o mesmo não se pode dizer em relação a Armando Monteiro, que cogita abertamente aliança com PSDB e o DEM. O recente voto do senador petebista a favor da reforma trabalhista, fato que cria desconforto na base petista, não inviabilizaria uma repetição da aliança PTB/PT no Estado. "Não cabe dizer que há um estresse com Armando, sempre soubemos que havia diferenças. Uma aliança é feita por diferentes", diz Ribeiro, ressaltando que Monteiro ficou ao lado de Dilma até o fim.

MME / ASCOM